

NACIONALISMO E EDUCAÇÃO: IDEOLOGIAS

*Lucineudo Machado Irineu (UNILAB)**

*Kélyva Freitas Abreu (IFSPE)***

RESUMO

Neste trabalho, objetivamos apresentar discussões sobre a conjectura dos ideais nacionalistas, evidenciados por meio de discursos diversos e práticas discursivas e ideológicas situadas, dispostos em textos relativos à educação no Brasil, e o contraste com o novo cenário educacional brasileiro com relação à adoção do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil (MEC), como processo seletivo unificado das universidades federais brasileiras. Pautaremos a discussão em torno da polissemia dos termos “nacionalismo”, “educação” e “ideologia” a partir dos pressupostos teóricos de John Dewey (1959) e Anísio Teixeira (1969), na tentativa de aclarar o quanto tais conceitos se relacionam mutuamente, gerando significados muito particulares nas relações sociais e nas representações que elas engendram. A partir de uma visada histórica, apresentamos ainda, um painel evolutivo-contrastivo de tais conceitos e suas implicações, ao longo dos anos, para as questões políticas, sociais e ideológicas brasileiras, perpassando relações e representações sociais advindas destas. Em conclusão, problematizaremos alguns pontos relativos à triangulação educação-nacionalismo-ideologias com relação ao ENEM e o impacto da adoção desse exame no sistema de educação básica brasileiro. Nosso objetivo com isso é caracterizar o cenário político e social em torno às discussões contemporâneas sobre a adoção e configuração de tal exame com fins a contextualizar uma análise introdutória com base em categorias expressas por Dijk (2009), em Abreu (2010), através de discussão de exemplos de textos compilados em corpora específico, a partir de trechos reais retirados de reportagens, com temática relacionada à questão sobre a qual nos debruçamos.

Palavras-chave: Análise do discurso; Práticas discursivas; Vestibular

ABSTRACT

In this work we aimed to present discussions on the conjecture of nationalists, evidenced through various discourses and discursive and ideological practices located, arranged in texts relating to education in Brazil, and the contrast with the new Brazilian educational scenario regarding the adoption of ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), the Ministry of Education and Culture of Brazil (MEC) as unified selection process of the Brazilian federal universities. We discussion on the multiple meanings of the terms “nationalism”, “education” and “ideology” from the theoretical assumptions of John Dewey (1959) and Teixeira (1969), in an attempt to clarify how these concepts relate to each other, generating very particular meanings in social relations and representations that they engender. From a historical perspective, we present also an evolutionary-contrastive panel of such concepts and their implications over the years, to the political, social and ideological issues Brazilian, passing relations and social representations arising from these. In conclusion, we question some points on the triangulation education-nationalism-ideologies about the ENEM and the impact of the adoption of this examination in the Brazilian basic education system. Our goal with this is to characterize the political and social scene around the contemporary discussions on the adoption and configuration of such examination for purposes contextualize an introductory analysis based on categories expressed by Dijk (2009), Abreu (2010), through discussion of examples of texts compiled in specific corpora from actual excerpts taken from reports, with theme-related issue on which we look back.

Keywords: Speech analysis; Discursive practices; Entrance exam

* Professor da Universidade da Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

** Professora do Instituto Federal Sertão Pernambuco (IFSPE).

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, têm-se tornado cada vez mais frequentes as discussões sobre as questões e problemáticas relativas à educação em nosso país. É fato inegável que a educação em si tem sido ponto de destaque nos discursos civis e políticos, principalmente quando o assunto em pauta é o futuro da sociedade de um modo geral. E a preocupação em torno da educação como fonte legitimadora dos direitos e da cidadania de um povo não é um assunto de hoje, uma vez que ao longo dos anos tem se tornado tema constantemente em pauta com relação ao futuro de um país.

Estudos relativos ao cenário político, social e econômico do início do século XX apontam a acentuada crise de pensamento em torno às questões sobre as quais ora nos debruçamos. É que, em meio à virada do século, a pluralidade de novos pensamentos em torno à ideia de educação associada à de nacionalismo se incorporou ao discurso dos pensadores nacionais e internacionais na medida em que se intensificaram também as investigações sobre as mais diversas ideologias em torno à dicotomia nacionalismo-educação e em consequência às relações sociais dela advindas.

Partiremos, para a tessitura das discussões aqui expostas, do conceito de ideologia de que se vale Van Dijk (1980) em seus últimos estudos. Para referido estudioso:

As ideologias, por definição, são sistemas gerais, compartilhados por grandes grupos ou culturas. Isso significa que devem ser adquiridas (aprendidas) e modificadas em contextos sociais, tais como escolas, veículos de comunicação de massa e interações diárias. Muitas vezes, a aprendizagem (das ideologias) não se dá apenas de forma intuitiva, isto é, por inferência do discurso e dos atos dos outros, mas são ensinadas explicitamente em livros, manuais, panfletos, etc., às vezes, inclusive, em forma de uma teoria científica (tal como o materialismo histórico) (DIJK, 1980, p.43).

O conceito expresso por Dijk contempla principalmente a visão coletiva de legitimação das ideologias, por isso nos interessa diretamente entender a relação deste conceito com os fenômenos da educação e do nacionalismo, para nós fenômenos construídos dentro da dinâmica social de grupo, uma vez que se relaciona principalmente aos ideais de democracia propostos por Dewey (1959) e Teixeira (1969), quando relacionaram educação ao status de bem social, democrático em sua essência.

Dijk (1980) acrescenta que um dos meios para entender as ideologias de uma cultura é analisar seus discursos, ou seja, os textos que, expressos, assumem as crenças, os valores de seus produtores (falantes ou redatores), uma vez que se acredita na ideia de que “a maior parte dos aspectos óbvios do discurso nos quais uma ideologia pode se manifestar está em seus conteúdos, o que poderia significar que uma análise semântica do discurso teria que produzir algo como ideologia subjacente” (DIJK, 1980, p.44).

É da concepção de análise discursiva das mais diversas ideologias manifestas que partiremos para as discussões expostas neste trabalho, com o objetivo de evidenciar as tomadas de posição ideológicas disseminadas, ao longo dos anos em nosso país, como reveladoras das crenças de que partem os sujeitos a respeito da tríade educação-nacionalismo-ideologias. Para tal, uma contextualização de base histórica será feita na medida em que as questões forem sendo traçadas.

1. NACIONALISMO E EDUCAÇÃO: POLISSEMIAS

As diversas relações que se pode vislumbrar entre nacionalismo e educação como conjunto de ideologias expressas por sujeitos organizados sócio e historicamente validam uma pluralidade de possibilidades de entendimento destas relações. A partir de tal perspectiva, questionamos: o que se entende, hoje, por nacionalismo e educação? Como se deu, ao longo dos anos, a polissemia destes termos? Há relações entre referidos conceitos e a ideia de patriotismo e democracia?

John Dewey¹, em *Democracia e Educação* (1936), ancora sua visão a respeito do complexo fenômeno da relação entre nacionalismo e educação evidenciando que os ideais nacionalistas que vigoraram no Brasil a partir da década de 30 do século XIX estavam diretamente relacionados à ideia, então em ascendência, de educação como bem que deveria ser acessível a todos na medida em que se revela como um bem democrático. Dewey acentua as relações ideológicas a esse respeito na medida em que problematiza o ideário de “educação para todos” como uma questão de identidade nacional, inclusive posta em xeque em momentos de significativa relevância na história de nosso país, principalmente na Era Vargas, um dos momentos históricos do Brasil de maior relevância em vistas nacionalistas.

A partir das ideias de Dewey, passa-se a discutir no Brasil os desdobramentos de posições políticas e filosóficas disseminadas por líderes de nossa nação que, ao longo de suas trajetórias, disseminaram ideologias ditas nacionalistas com o objetivo de promover o “adestramento social” (DEWEY, 1980, p.57), e não verdadeiramente um ideário de democracia que promovesse nos membros de dada sociedade a necessária relação nacionalismo (e/ou patriotismo) e os reais impactos que uma “educação para todos” pode incutir em uma sociedade.

São exemplos de políticos que assim procederam Getúlio Vargas, através de sua política nacionalista voltada para as elites, e mais adiante, na história de nosso país, Juscelino Kubistchek, através de sua política de forte viés progressista. Ambos os governantes mencionados são fortemente lembrados nas discussões sobre nacionalismo em território brasileiro pela contribuição significativa que deram à construção de representações sociais pelo povo brasileiro, tentando evidenciar, cada um a seu modo e dentro de seus programas de governo, que a educação de fato modifica as relações sociais e solidifica na subjetividade dos sujeitos a ideia de patriotismo, de valorização do nacional e principalmente de identificação pessoal.

Alargando a discussão sobre a polissemia dos conceitos em destaque sobre os quais ora nos debruçamos, conduzimos nossa atenção para as mais diversas interpretações que podem ser dadas à ideia de nacionalismo como símbolo de patriotismo. Entendemos que, na atual conjectura em que se encontram as relações de poder em nosso país, nacionalismo e patriotismo são conceitos próximos, igualmente complexos, mas com particularidades muito evidentes, o que nos faz entender que se trata de noções distintas.

Para nós, a ideia de nacionalismo está diretamente relacionada à de política, no sentido que lhe outorga Dewey, ou seja, com bem social, coletivo, democrático. Já quando nos reportamos à

¹ John Dewey é um dos fundadores da escola filosófica de Pragmatismo, com ideias com forte disseminação nos Estados Unidos. Representa o principal movimento da educação progressiva norte-americana. É autor de *Democracia e Educação* (1936), obra que influenciou a produção de grandes pensadores da área da educação no Brasil, como Anísio Teixeira.

ideia de patriotismo estamos mais diretamente nos reportando a um conjunto de valores sociais, assumidos e propagados pelos membros da dada sociedade. Estamos falando de uma relação entre a noção de valorização da pátria e de identificação dos sujeitos constituintes desta pátria com seus ideários coletivos, ou seja, de nação.

Apesar de conceitos estritamente próximos, valemo-nos de uma definição hiperonímica para tentar entender a relação entre nacionalismo e patriotismo: para nós, o patriotismo define-se como um sentimento de identificação dos sujeitos de uma nação, como dito, a partir de um sentimento maior que é parte constitutiva da configuração de toda sociedade: o nacionalismo.

Concluimos que, dentro da polissemia estabelecida entre os conceitos de nacionalismo e educação, há outros conceitos diretamente relacionados, como os de patriotismo e democracia, evidenciando que se trata de um repertório de conceitos complexos, mas que podem e devem ser entendidos dentro da dinâmica da constituição social, no bojo evidente das relações e representações sociais, como resultado de práticas discursivas situadas e ideologicamente constituídas.

2. NACIONALISMO E EDUCAÇÃO: PAINEL HISTÓRICO

A história da educação em nosso país evidencia a direta relação deste bem social com as ideias nacionalistas. Uma vasta bibliografia na área foi amplamente disseminada em território brasileiro principalmente nos anos 30, 40 e 50 do século XIX haja vista a produção intelectual de dois grandes nomes do pensamento escolanovista²: John Dewey, em nível internacional, e Anísio Teixeira, em nível nacional.

John Dewey, pensador norte-americano que ficou conhecido em nosso país por ter sido um dos influenciadores das ideias de Anísio Teixeira, é autor de *Democracia e Educação*, escrito em 1916 e publicado no Brasil em pleno Período Vargas, momento de forte repressão e autoritarismo em que a educação foi sempre um tema de constante discussão. Neste momento, ressalte-se, estamos nos reportando à concepção de educação proposta por Vargas: educação com fins nacionalistas, para o fortalecimento do Estado e do sentimento de patriotismo entre os cidadãos brasileiros.

Em referida obra, John Dewey apresenta seu conceito de democracia e educação na tentativa de relacionar o desenvolvimento humano pela educação não como um método, um produto pronto a ser aplicado por órgãos oficiais, em especial a escola, a fim de sanar os problemas conjeturais de dada sociedade, mas como um dos meios para a manutenção da eficiência social. Referido estudioso explica que os problemas de uma educação em uma sociedade democrática são estabelecidos pelo “conflito de um objetivo nacionalista com o mais lato objetivo social” (DEWEY, 1959, p.112) e não necessariamente pela qualidade (ou falta de qualidade) desta educação ofertada aos sujeitos.

Para o autor, especialmente nos países continentais europeus, a nova ideia da educação surgida na década de 30 como meio para atingir o progresso humano foi apreendida pelos interesses nacionalistas de todo o mundo para reforçar os objetivos sociais. Nesta perspectiva, Dewey vê a

² Referimo-nos aqui aos integrantes do Movimento da Escola Nova, no Brasil, movimento difundido entre os anos 30 e 50 do século XIX. A esses integrantes deu-se o nome de escolanovistas.

escola como uma instituição, um órgão social, cuja função primeira seria proporcionar um ambiente simplificado, com o objetivo de selecionar os aspectos mais fundamentais à formação dos indivíduos de modo que os jovens pudessem ter uma compreensão real das coisas complexas, ainda que abstratas, em sua maioria enfocadas pelo sistema educacional vigente e então constituído.

Como desdobramento desta filosofia, e por meio da convivência, a escola proporcionaria, segundo Dewey, aos jovens de raças, religião e costumes diferentes um meio mais novo e vasto, que contemplaria suas necessidades básicas e lhes outorgaria proficiência no lido de situações cotidianas, a partir do desenvolvimento, nos alunos, de habilidades e competências diversas.

Acrescente-se que é ancorado nesta concepção que se constrói a atual Matriz de Referências³ do Novo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Trata-se de um documento disponibilizado pelo MEC em julho de 2009, a fim de direcionar as ações das escolas brasileiras frente à adoção do exame como vestibular das universidades federais, totalmente redigido com fins ao desenvolvimento, nos alunos, das habilidades e competências que, acredita-se, lhe são necessárias para sua inserção em práticas sociais diversas.

Deste modo, com a disseminação das ideias de John Dewey no Brasil, Anísio Teixeira⁴, na tentativa de solucionar os problemas de sua realidade, ao ter contato com o pensamento deweyano, inspirou-se, particularmente, no conceito de democracia para construir sua obra e sua filosofia da educação brasileira, levando em conta as particularidades culturais e políticas de nosso país.

O primeiro sentido que Teixeira outorga à palavra “democracia” começou a ser desenvolvido em 1928, nas primeiras obras do autor, e foi aprimorado ao longo da vida do estudioso. Para ele, a democracia se sustentaria por meio de dois princípios básicos para vigorar na vida social: o primeiro seria que os membros de um determinado grupo se aglutinassem em torno de interesses comuns e o segundo que os diferentes grupos constituídos intercambiassem experiências, descolando o ensino e a educação em si do plano meramente conceitual para o plano de formação cidadã.

Sabe-se assim que Teixeira, por meio de seu trabalho e de sua filosofia da educação, procurou combater o autoritarismo do governo de Vargas e a ideologia dos educadores religiosos que apoiavam referido político ao defender um regime de governo democrático que oferecesse oportunidades iguais e integrasse todos os indivíduos da comunidade. Teixeira considerou que era necessário conciliar uma finalidade nacionalista de educação com uma finalidade social.

É mais que evidente que tantas as ideias de Dewey com as de Teixeira tornam-se ao longo dos anos totalmente atemporais, na medida em que direta ou indiretamente são retomadas para uma possível reestruturação do sistema de educação básica brasileira a partir de um novo modo de avaliar o desempenho dos alunos brasileiros, através do ENEM. É certo que nosso país atravessa hoje um momento de profunda transformação em suas diretrizes de referência. Mas é certo também que o país vive um momento de revisão de posturas frente ao tipo de cidadão que se deseja formar para as gerações futuras.

³ Para acesso a esse documento, acesse www.enem.inep.gov.br/pdf/Enem2009_matriz.pdf

⁴ Anísio Teixeira foi personagem central na história da educação no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, quando começou a difundir os pressupostos do movimento da Escola Nova, que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento, em detrimento da memorização. Suas ideias foram diretamente influenciadas pelas de John Dewey, com relação principalmente nos conceitos de educação como democracia e nacionalismo como patriotismo.

Nesta perspectiva, problematizaremos algumas questões diretamente relacionadas ao momento de transição que vivemos, a fim de promover reflexão crítica sobre os rumos que toma a educação brasileira. Nosso objetivo, em conclusão, é traçar uma análise, ainda que breve, do que dizem os documentos oficiais relativos à educação brasileira e a relação estabelecida com os fins nacionalistas e ideológicos propostos em tais documentos.

3. EDUCAÇÃO E NACIONALISMO: IDEOLOGIAS EM TORNO AO NOVO ENEM

Em maio de 2009, O Ministério da Educação apresentou à sociedade brasileira uma proposta de reformulação do Enem e sua utilização como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais. De início, a proposta teria como principais objetivos “democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio”, segundo informações disponibilizadas em larga escala, na mídia brasileira, pelo atual Ministro da Educação, Fernando Haddad.

Segundo a proposta apresentada pelo MEC, as universidades Brasil afora possuiriam autonomia e poderiam optar entre quatro possibilidades de utilização do novo exame como processo seletivo, a saber: a) como fase única, com o sistema de seleção unificada, informatizado e on-line; b) como primeira fase; c) combinado com o vestibular da instituição; d) como fase única para as vagas remanescentes do vestibular.

O ENEM foi criado em 1998 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão subordinado ao Ministério da Educação, como um exame individual e de caráter voluntário, oferecido anualmente aos concluintes e egressos do ensino médio, com o objetivo principal de possibilitar uma referência para auto-avaliação, a partir das competências e habilidades que o estruturam. Além disso, ele serviu, ao longo dos anos, em que esteve em vigor em sua primeira versão, como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção para o acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho. Realizado anualmente, ele se constitui, desde sua criação, como instrumento de avaliação, fornecendo uma imagem realista e sempre atualizada da educação no Brasil.

Totalmente pensado em torno de uma concepção educacional que leva em conta a formação integral do sujeito e sua inserção em práticas sociais em contexto abrangente, o Novo Exame Nacional do Ensino Médio estrutura-se a partir de habilidades e competências, anteriormente contemplados tanto nos PCN quanto nas OCNEM, a fim de levar os sujeitos formados nas escolas brasileiras a desenvolverem integralmente sua formação cidadã, embasada em ideais patrióticos, de forte valorização do nacional.

Em meio a todo esse cenário de mudanças nas concepções educacionais brasileiras, perpassando ideologias diversas, sejam elas de Estado ou de ordem social, questiona-se: em pleno século XXI, através da adoção de determinados modelos de avaliação, estamos de fato pensando na formação integral dos sujeitos a fim de inseri-los nas práticas sociais diversas, como cidadãos de bem? Qual tem sido, portanto, o espaço para esse sujeito e suas práticas educacionais neste contexto? E as dimensões ética e crítica deste sujeito em meio à adoção de dados sistemas de avaliação frente à

possibilidade de ter acesso ao ensino superior? E por fim: qual a real viabilidade da adoção deste tipo de exame em nosso país: estaria se tratando de fato de um momento de transição ou de um conjunto de ideologias manifestas?

A respeito da repercussão, representada por textos jornalísticos, da adoção do ENEM como vestibular das universidades federais brasileiras, contemplemos a seguir a proposta de Abreu (2010)⁵, através da análise de reportagens de 2010, a este respeito, a partir de categorias propostas por Dijk (1980) na tentativa de evidenciar as estruturas ideológicas do discurso visualizáveis em textos específicos, resultados de práticas discursivas situadas.

4. REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS DISCURSIVAS IDEOLÓGICAS

Se as ideologias não são inatas, mas aprendidas por meio do discurso, quais são os meios para que esse processo ocorra? Dijk (2008a) diz que a aquisição ideológica e, logicamente, sua prática estão relacionadas ao acesso ao discurso que o legitima, sendo difundida por muitas vezes pela mídia. Aliás, os membros dominantes para controlar e disseminar as suas ideologias devem primeiramente controlar os seus contextos, para daí obter o controle do discurso e assim controlar as mentes e as ações das pessoas.

Segundo Dijk (2008b), são as elites simbólicas que “desempenham um papel essencial ao dar sustentação ao aparato ideológico que permite o exercício e a manutenção do poder em nossas modernas sociedades da informação e da comunicação” (p.46). Reafirmando a ideia de que as pessoas não são livres para falar o que querem e quando querem, elas tendem a aceitar (ou não – resistências de outros grupos) a opinião ou o que é posto na mídia, pois o “conhecimento” fornecido ali é considerado de fonte autorizada, de pessoas confiáveis, podendo ser exemplificado como: acadêmicos, peritos, profissionais, bem como os próprios meios de comunicação.

Logo, a escolha das duas reportagens em tela se deu pelo fato nas discussões em torno do processo seletivo da Universidade Federal do Ceará (UFC), nas estruturas do discurso, revelarem posicionamentos ideológicos não favoráveis ou resistentes às propostas fornecidas com as mudanças no concurso: mobilidade acadêmica, “democratização” do acesso às vagas, além de uma reestruturação dos currículos educacionais. Acompanhamos as reportagens que foram veiculadas no final de fevereiro de 2010 no estado do Ceará⁶ e por uma questão de recorte metodológico, priorizamos duas dessas reportagens do Jornal O Povo-online. A primeira delas foi publicada na semana das discussões propostas pela UFC e a segunda, depois da confirmação do ENEM como exame de entrada nessa instituição de ensino.

A primeira reportagem intitulada “*Escolas reformulam material didático para preparar alunos*” revela também no seu lead, “*Escolas particulares planejam como será a preparação dos pré-vestibulandos após a adesão da Universidade Federal do Ceará (UFC) ao Enem. Na rede pública,*

⁵ Proposta apresentada na disciplina Práticas de Textualização Discursiva do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará.

⁶ Nesse período, a UFC ampliava os seus debates sobre a implementação do ENEM no seu processo seletivo para com a sociedade.

pouca coisa deve mudar”, a ênfase nos membros sociais intragrupo (DIJK, 2008) das escolas particulares que terão que se adequar a proposta das modificações no currículo e, conseqüentemente, no material didático e nas metodologias de ensino para continuar a ter a aprovação na UFC⁷.

Em todo o texto prevalece a voz desse intragrupo por meio da topicalização e da escolha de quem terá o poder do dizer na reportagem. Reafirmam-se, portanto, nos discursos que a “escola particular de elite tenta preparar seu aluno para o ingresso numa boa universidade” (ORTEGA, 2001, p.154), sendo a seletividade social do vestibular correlacionada diretamente à questão da seletividade escolar (SANTOS, 1997).

O paradoxo, já citado no decorrer deste estudo, entre quem tem acesso às vagas das instituições públicas aparece nas falas dos “representantes” do ensino público: “*Já na rede pública, pouca coisa deve mudar. ‘A escola pública não tem que criar uma situação artificial de preparação para o Enem. Nosso aluno já faz essa prova há muito tempo’ [...]. Isso porque **muitos alunos da rede pública fazem a prova para conseguir uma vaga no Programa Universidade para Todos (ProUni)**, que oferece bolsas de estudo em faculdades particulares para quem conclui o Ensino Médio em escola pública*”.

Logo, nos questionamos a quem pertence de direito as vagas das instituições públicas? Pois ao aluno da escola pública cabe o sacrifício de pagar o ensino superior caso queira prosseguir nos seus estudos. Visualizamos nessa reportagem a manifestação explícita de como se busca fomentar e legitimar pelos membros sociais intragrupo das escolas particulares e de poder aquisitivo mais elevado que eles são os únicos “preparados a assumirem as vagas da UFC”: “*a gente vinha se preparando*”, “*nosso material didático foi todo modificado*”, “*ministradas aulas extras*” e “*O trabalho já vinha sendo desenvolvido com orientação total para o uso do Enem*”. Enquanto esse não é o objetivo vislumbrado pela escola pública (ORTEGA, 2001). Os ideais econômicos e sociais do grupo de elite são atingidos excluindo os de menor poder aquisitivo ou os que não tiveram uma boa bagagem científica na sua formação.

Cabe refletir, com isso, que é necessário mudar a visão de ensino estritamente ligada ao vestibular e de exclusão de determinadas camadas sociais ao ensino superior público, desmitificar que somente alunos de escolas particulares poderão ter essa oportunidade e fomentar o acesso a uma educação de qualidade e de mais oportunidades dentro de uma visão democrática. Com a proposta do ENEM nas provas de vestibulares das Universidades Federais, sistema de seleção unificada (SISU), agora mais alunos poderão ter a ocasião de ao menos fazer a prova. E é por essa possibilidade de “democratização” do acesso às vagas, ou seja, a sua expansão, que as grandes empresas educacionais do ensino particular se sentem “ameaçadas”.

O jogo discursivo presente na argumentação da próxima reportagem, *UFC adota Enem e abre concorrência para todo país*, demonstra claramente a polarização “Nós” (escolas particulares do estado do Ceará) versus “Outros” (aqueles que podem prejudicar a garantia das vagas desses colégios particulares na UFC). E reflete implicitamente a tentativa de criar um alarde como se fosse

⁷ Para ter acesso à reportagem completa ver: Jornal O Povo-online. Disponível em: <http://www.opovoonline.com.br/opovo/fortaleza/957625.html>

toda a sociedade cearense que coadunasse com a “indignação de 100% das vagas serem preenchidas por estudantes de outros estados”. Quando na realidade, tal reportagem, demonstra como se pode manipular por meio do discurso as mentes das pessoas, para isso basta se ter o controle do contexto (DIJK, 2003, 2008b)⁸.

A seleção lexical como uma das categorias de análise propostas por Van Dijk (2003, 2008b) contribui para a polarização e a manipulação discursiva da ideologia proposta, caracterizando os pontos positivos ou interesses do intragrupo frente aos aspectos negativos do exogrupo: “*pode ser formada por não-cearenses*”, “*disponibilizou as suas vagas no varejo aberto do Enem*”, “*estudantes de fora*”, por exemplo.

Nessa reportagem, a criação dos esquemas argumentativos também auxilia para transparecer os interesses das escolas particulares em promover uma “revolta” por parte dos supostos “prejudicados”, os alunos como um todo, com a implementação de tal exame: “*Com a aprovação do Enem como etapa única do vestibular da UFC, cursos oferecidos podem formar turmas com até 100% de estudantes vindos de outros estados. Para pró-reitor da UFC a situação é normal*”, “*O raciocínio pode ser ampliado: em princípio, os cerca de 6 mil estudantes aprovados na UFC no próximo ano podem vir de outros estados*”, “*Entretanto, a realidade tem demonstrado: há razões que exigem muita atenção*” e “*há grandes distorções no sistema*”.

Destacamos a seguinte assertiva: “*Os estudantes de escolas públicas agora passam a concorrer também com os alunos de instituições privadas de todo o País*”. Pois toda a construção comparativa, a intencionalidade, a escolha lexical nos fornece como os membros sociais da elite simbólica dominante são capazes, por meio do discurso, de reverter e trazer aqueles que, como já vimos, não possuem espaço nas vagas das universidades públicas, para lutar pela mesma causa.

Logo, a construção discursiva e ideológica que há por trás do evento comunicativo é articulada para atingir a finalidade da elite simbólica. Justificando as palavras de Dijk (2008a, p.123): “se os grupos dominantes – e especialmente suas elites – controlam amplamente o discurso público e suas estruturas, podem também, portanto, exercer maior controle sobre as mentes do público em geral”.

Segundo Maria de Jesus, coordenadora do processo seletivo da Universidade Federal do Ceará, “nós precisamos desmistificar esse senso de propriedade que existe em relação a vagas na universidade. Uma universidade moderna, contemporânea, ela deve contar com a heterogeneidade de público mesmo. Essa oxigenação, essa troca de experiências, ela é muito produtiva no mundo acadêmico” (BOM DIA CEARÁ, 2010)⁹.

Concluimos que a resistência encontrada na obrigatoriedade do ENEM no processo seletivo da UFC se deu porque, como consequência dessas mudanças, altera-se o perfil do aluno ingressante nas universidades públicas, ou seja, abre-se espaço para uma possível mobilidade social.

⁸ Vale ressaltar que o exame de vestibular da UFC sempre foi aberto a todo o país. A diferença é que ao aluno que prestará o concurso a partir do SISU não há a necessidade de vir até o estado para fazer a prova, podendo ser feita na sua localidade de moradia. Para ter acesso à reportagem completa ver: Jornal O Povo-online. Disponível em: <http://www.jornalopovo.com.br/opovo/fortaleza/958415.html>

⁹ UFC adota Enem como ingresso. Bom Dia Ceará, Fortaleza, 22 jun. 2010. Disponível em: <http://tvverdesmares.com.br/bomdiaceara/ufc-adota-enem-como-ingresso/> Acessado em: 22/04/10

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos, a partir de uma visão crítica, histórica e comparatista de conceitos relacionados à triangulação educação-nacionalismo-ideologias levantar, dentre vários, os seguintes questionamentos: qual a relação da polissemia presente nos termos “educação” e “nacionalismo” com as políticas educacionais postas em prática em nosso país ao longo dos anos? Em que dimensão (étnica, representacional, ideológica) situam-se as ações de órgãos oficiais que regem a educação brasileira, como o MEC, frente à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio como vestibular das universidades federais, a partir de 2009? Estamos tratando de fato de um momento de transição ou de um conjunto de ideologias manifestas?

Chegamos à conclusão que se trata de questões para reflexões necessárias aos profissionais da educação em geral, que devem figurar como ponto de apoio das escolas brasileiras a partir do que entendem como prática docente eficaz no que diz respeito ao trabalho com fins à inserção dos sujeitos que se deseja formar em práticas sociais legitimadas.

Uma série de questões foi disseminada ao longo deste trabalho com o objetivo principal de promover uma discussão a respeito da atual conjuntura do sistema básico de ensino brasileiro. Para tanto, nem todas as questões receberam ou receberão logo mais respostas concluídas, haja a natureza contemporânea de tudo que aqui foi exposto, em destaque para o problema em torno da disseminação e compreensão da natureza ética e ideológica das propostas educacionais e nacionalistas que circulam em nossa sociedade.

De tudo, somente a certeza de que vivemos atualmente um momento de mudanças progressivas no sistema de ensino brasileiro de um modo amplo a partir do alargamento das discussões a respeito da adoção do ENEM como vestibular unificado, da abertura filosófica e ideológica que tais discussões proporcionam tanto no âmbito das escolas brasileiras em geral, quanto de uma possível e necessária releitura crítica e atualizadora dos documentos oficiais do governo que figuram no cenário educacional brasileiro como instrumento norteador do agir do professor e da postura da escola frente ao processo de ensino e aprendizagem.

Espera-se que as questões aqui postas de fato sirvam como sinalizadores da necessidade de reflexão de alguns conceitos que a escola propaga quase como dogmas no que diz respeito ao lido com os ideais brasileiros de educação associados a um nacionalismo vigente. Por último, salienta-se a necessidade e a relevância de pesquisas na área, a fim de que respostas sejam dadas às lacunas ainda existentes neste universo de investigação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio**. Brasília, Secretaria de Educação Básica, 2006.

_____. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Brasília, Secretaria de Educação Básica, 2006.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1959.

DIJK, Teun A. Van. **Semiosis**. México: Universidad Veracruzana, 1980.

_____. **Cognição, discurso e interação**. (Org. e apresentação de Ingedore V. Koch). 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____, **Ideología y discurso**. Barcelona, Ariel, 2003.

_____, **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____, **Discurso e Poder**. (Org. Judith Hoffnagel, Karine Falcone). São Paulo: Contexto, 2008.

ORTEGA, E. M. V. O ensino médio público e o acesso ao ensino superior. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 23, p. 153-176, jan./jun. 2001.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1959.

SANTOS, Cássio Miranda dos. A aparente responsabilidade do vestibular na elitização da universidade pública: uma análise dos dados da Universidade Estadual Paulista – Vunesp/1993. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, Vol. 15, jan./jul., 1997, p. 227-254.

